



# PRODUÇÃO FAMILIAR E PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO SOCIAL<sup>1</sup>

José Carlos Alves PEREIRA<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo procura-se debater as estratégias de reprodução social do agricultor familiar sob os impactos da modernização tecnológica na base da produção agrícola. Como estudo de caso, tomou-se o Município de Araraquara-SP, onde a monocultura é hegemônica, mas persistem produtores familiares.

**Palavras-Chave:** Agricultura familiar; estratégia; pluriatividade.

**Abstract:** We intend to discuss in the paper the small family producer's strategies of social reproduction under the impacts of technological modernization in the base of agricultural production. As a case study, we have chosen Araraquara-SP, where despite monoculture is hegemonic, the family producer persists.

**Keywords:** Family agriculture; strategy; pluriactivity.

## Introdução

Nossas reflexões têm como foco o desenvolvimento de atividades não-agrícolas concomitantemente às atividades agrícolas como estratégia de reprodução social do pequeno produtor familiar do Município de Araraquara-

<sup>1</sup> As reflexões apresentadas neste artigo são resultados parciais do Projeto de iniciação científica "O potencial das atividades agrícolas e não-agrícolas em pequenas propriedades rurais do Município de Araraquara-SP" – financiado pela FAPESP sob a orientação da Profa. Dra. Darlene Ap. de O. Ferreira do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. Período: 01 julho 2002 a 31 julho 2004.

<sup>2</sup> Graduando de Ciências Sociais e Bolsista Iniciação Científica FAPESP – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

SP, área onde predominam – em extensão – grandes propriedades rurais altamente capitalizadas.

A combinação de atividades não-agrícolas com as atividades agrícolas formam o que muitos autores denominam pluriatividade. Abordaremos o produtor familiar da região e a pluriatividade considerando os impactos do processo de modernização desigual da agricultura brasileira sobre os pequenos agricultores, bem como as influências da pluriatividade na unidade familiar de produção, que a adota como uma estratégia de resistência e permanência numa área consolidada economicamente pelas monoculturas de cana e laranja.

Dividiremos nosso texto em cinco partes. Primeiro abordaremos a pluriatividade numa perspectiva histórica de autores clássicos como Karl Kautsky e Alexander Chayanov; na segunda parte apontaremos a polêmica envolvendo o conceito do fenômeno da pluriatividade nas pesquisas contemporâneas; em terceiro lugar discutiremos a pluriatividade nos estudos da agricultura brasileira e seus impactos no meio rural brasileiro; depois, através da leitura de resultados parciais de nossa pesquisa de campo, centraremos a discussão sobre a pluriatividade no Município de Araraquara-SP, e por último faremos uma breve conclusão sobre os resultados de nossa pesquisa e a discussão teórica sobre a noção de pluriatividade e seus impactos sobre a unidade familiar de produção.

### **Pluriatividade: um fenômeno histórico**

A pluriatividade não é um fenômeno recente nem efêmero, tampouco exclusivo de uma região. Ela é realidade em áreas rurais de países desenvolvidos como os EUA, França, Alemanha, Japão, Espanha, etc. e de países em desenvolvimento como Coreia, México, Chile, Brasil, etc.

Karl Kautsky (1968), no escopo de análise marxista e, Alexander Chayanov (1974), sem descartar tal escopo mas incorporando novos elementos na análise, já chamavam a atenção para a prática de atividades não-agrícolas por famílias camponesas. Contudo, esses pesquisadores não chegaram a trabalhar com a nomenclatura “pluriatividade”. O primeiro trabalhou com a expressão **trabalhos acessórios** e o segundo usou a expressão **atividades não-agrícolas**.

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo e como conseqüência a concentração de riqueza pelos grandes proprietários, Kautsky

(1968) indicava que, nesse processo, o pequeno camponês estaria fadado ao desaparecimento, já que, se quisesse manter sua pequena propriedade, teria que desenvolver trabalhos acessórios. Essa prática era o instrumento que poderia garantir a existência da pequena propriedade no capitalismo. Entretanto, ele apontaria para um processo de proletarianização do pequeno camponês.

De acordo com Kautsky, a grande maioria dos camponeses alemães não dispunha de recursos para melhorar seus instrumentos de trabalho ou substituí-los por outros mais eficientes, como o poderiam fazê-lo os agricultores capitalizados que se tornavam mais competitivos no mercado. Tal fato colocava em xeque a reprodução social dos pequenos camponeses, posto que eles não conseguiriam se capitalizar e resistir à concorrência dos grandes agricultores. No entanto, os pequenos agricultores que não conseguissem se capitalizar não ficariam de todo fadados ao desaparecimento. Isso se eles usassem como estratégias de reprodução social de sua categoria formas de **trabalhos acessórios**, ligadas ou não às atividades agrícolas. Ao desenvolver trabalhos acessórios fora de sua propriedade, o pequeno agricultor tomaria cada vez mais o caráter de proletário. Mas, não-se deve

pensar que a pequena propriedade esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou que possa inteiramente ser substituída pela grande propriedade. Onde a concentração desta última avançou bastante, a tendência à subdivisão da terra entra em jogo, e o Estado, políticos locais, e mesmo os grandes proprietários intervêm com o objetivo de garantir a pequena propriedade ou os pequenos arrendatários. (KAUTSKY, 1968, p.182)

O pressuposto é que a manutenção da pequena propriedade seria funcional ao capitalismo na medida em que ela se torna uma reserva de mão-de-obra barata para grandes produtores capitalizados ou grandes industriários instalados nas áreas rurais.

Assim, podemos destacar alguns aspectos analíticos fundamentais no pensamento do autor sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura: a) a intervenção do Estado e/ou das empresas capitalistas é de fundamental importância para a criação de infra-estruturas que viabilizem o desenvolvimento de trabalhos acessórios seja para a agroindústria, seja para indústrias domésticas; b) entretanto, a ação dessas instituições, mais do que proteger aos camponeses visa mantê-los à sua ilhargá porquanto se constituem em modelos para políticas sociais e fonte de mão-de-obra barata (KAUTSKY, 1968).

Percebe-se que para o autor a ação e influência de elementos externos (Estado, grandes produtores capitalizados, indústrias, etc.) ao núcleo familiar camponês são decisivos para a manutenção ou supressão dessa categoria social. Para isso o capital dispõe de e reinventa diversos ardís, sendo que os mais evidentes são os trabalhos acessórios. Estes constituem uma via de duas mãos. Por um lado faz diminuir a produção agrícola na pequena propriedade e o camponês se proletariza; por outro é a única forma de permanência da pequena propriedade diante do desenvolvimento do capitalismo no meio rural.

O outro autor clássico (Alexander Chayanov) destacou que as rendas obtidas com as atividades não-agrícolas são significativas para o processo de reprodução social da família camponesa e que, para compreender a dinâmica desse processo, é de fundamental importância um estudo sobre a organização interna e a composição demográfica desse sujeito social. Ao elaborar a teoria da “Unidade Econômica Camponesa” (UEC) o autor sugere que se deve fazer um

*balance subjetivo entre trabajo e consumo para analizar los procesos de continuidad en la unidad económica campesina y para establecer la naturaleza de la motivación de la actividad económica de la familia campesina. Mas allá de sus límites en la esfera de las relaciones entre unidades de explotación agraria, la unidad económica campesina aparece através de sus acciones objetivas y es la única manera que puede hacerlo. (CHAYANOV, 1974, p. 38-9)*

Assim, o foco central da análise não recai sobre os elementos externos ao núcleo familiar, mas sobre os elementos internos a ele como a relação entre a demografia do grupo e quantidade de terras disponíveis para trabalhar, ou ainda a quantidade de membros aptos ao trabalho.

Mas, além do equilíbrio entre consumo e trabalho na unidade camponesa, isto é, quantos braços produzem e quantas bocas comem; do caráter demográfico da família (quantidade de membros que a compõem e seu ciclo de vida), Chayanov aponta para a importância de analisar e compreender o núcleo familiar como o centro que regula e operacionaliza a produção. Assim, as decisões não são tomadas por um único membro da unidade – no caso o chefe – mas pelo grupo familiar. Este fator é fundamental para se analisar e compreender os motivos, consequências e estratégias da execução de atividades não-agrícolas pelas famílias camponesas.

*Por lo tanto, todas as formas de influencia de la composición y el tamaño de la familia sobre la producción del trabajador de la familia y las otras consecuencias producidas por el equilibrio interno de los factores de producción de la unidad de explotación están naturalmente relacionadas con el*

*ingreso total de la familia y no con la parte que constituye su ingreso agrícola.* (CHAYANOV, 1974, p. 110)

O grupo familiar pode se organizar de diversas formas em função das muitas estratégias de produção e reprodução. Algumas dessas formas de organização no exercício de atividades não-agrícolas podem conduzir à ruptura da família camponesa. Pode acontecer que um ou mais membros da unidade familiar de produção se desvincule dela, sem no entanto constituir uma nova família. Isso acontece, principalmente, com os migrantes. Pode ocorrer também que indivíduos constituam novas famílias e se desvinculem das relações de trabalho do seu primeiro núcleo familiar. Os motivos para isso são diversos, como: desentendimentos na elaboração ou execução de projetos coletivos, casamentos, novas oportunidades que podem melhorar o nível de vida individual, etc. Neste último caso, o exercício de atividades fora da propriedade da família – sem a transferência da renda ou parte dela para o grupo – estaria no princípio do processo de ruptura da unidade familiar de produção.

Chayanov indica também que existem formas de organização que viabilizam a coesão do grupo familiar desenvolvendo ou não atividades não-agrícolas. É o caso de membros que constituem novas famílias, mas permanecem nas terras de sua família de origem, ou até continuam a morar na casa onde já moram pai, mãe e irmãos. Pode ser ainda que trabalhem em propriedades alheias, fábricas, lojas, etc., mas somam seus rendimentos salariais aos dos demais membros da família a fim de que todo o grupo se beneficie de uma renda maior. Essa seria mais uma estratégia, entre outras, pela qual o grupo familiar estaria se organizando internamente para administrar e gerir atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro e/ou fora de sua propriedade visando atingir um nível de vida confortável e manter sua reprodução social. Assim, o exercício de atividades agrícolas e não-agrícolas por membros de uma família, fora da propriedade, não informa necessariamente a desagregação do núcleo familiar. Essa ruptura depende de como a família consegue organizar seus projetos coletivos e individuais. Nessa perspectiva de análise das famílias pluriativas e sua ruptura ou coesão, deve-se considerar: a) o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora da propriedade; b) a constituição de novas famílias sem que seus membros mudem de propriedade ou percam vínculos de produção com a família de origem; c) migração em busca de trabalho devido à quantidade insuficiente de terras próprias que ocupem todos os indivíduos aptos ao trabalho, etc.

Feitas essas breves explanações sobre os respectivos pensamentos de Kautsky e Chayanov, pode-se concluir que: a) Kautsky destacava em sua análise da questão agrária a influência dos arranjos institucionais e dos aspectos macroeconômicos do capitalismo (elementos externos) influenciando a produção familiar; b) já Chayanov, embora não descartasse a influência desses fatores, deu ênfase à compreensão de elementos internos (equilíbrio entre braços aptos ao trabalho e bocas para consumir, organização da família, etc.) influenciando a reprodução socioeconômica das famílias camponesas. Seu foco analítico é direcionado aos fatores microeconômicos e sociais, não desvinculados do capitalismo, mas forjados no seio familiar.

### **A noção de pluriatividade nas pesquisas contemporâneas**

Para os pesquisadores contemporâneos a noção de pluriatividade não difere muito daquilo que Kautsky e Chayanov chamavam respectivamente de “trabalhos acessórios” e “atividades não-agrícolas”. Procura-se investigar o fenômeno sem perder de vista aqueles elementos internos e externos ao grupo familiar, mas trazendo para o debate a questão da modernização tecnológica e a modernidade social. Contudo, não há um consenso acerca de um conceito e as implicações da pluriatividade na reprodução social dos pequenos produtores rurais. A noção mais aceita até o momento é a de que a pluriatividade é

um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p. 25-6)

É importante destacar essa idéia de produção inerente à atividade agrícola, pois a família rural que não tem no seu arco de atividades a agricultura, escaparia do conjunto de atores e fenômenos sociais que o conceito alcança. A pluriatividade ocorre em

unidades de produção multidimensionais, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências). (FULLER, 1990, p. 367)

Alguns autores concebem a pluriatividade como um fenômeno de ruptura da unidade de produção familiar e/ou a falência da atividade agrícola. Como as rendas geradas pelas atividades agrícolas em geral são inferiores às rendas geradas pelas atividades não-agrícolas, o pressuposto é que estas últimas passem a ocupar mais tempo das famílias em detrimento da agricultura. Outro pressuposto ainda é que a prática de atividades diferenciadas em lugares distintos desencadeie um processo de individuação<sup>3</sup> dos membros, o que elimina o caráter coletivo, e conseqüentemente inviabiliza a reprodução social da unidade familiar de produção (LACOMBE, 1984). Nessa perspectiva, o destino desse sujeito social seria, além do trabalho em caráter de assalariamento, a desagregação do núcleo familiar como unidade social de produção.

Porém, outros pesquisadores indicam que a renda obtida das atividades não-agrícolas pode complementar e garantir o investimento na exploração agrícola, significando ainda uma secundarização estratégica desta no processo de reprodução social do grupo familiar como unidade social de produção. Nesse argumento, o pressuposto é que o caráter familiar da produção possibilita maior plasticidade aos membros na organização do trabalho interno e na utilização de rendas provenientes de fontes externas (CARNEIRO, 1999).

Moreira (1999, p.102) observa que a investigação das unidades familiares de produção agrícola deve considerar dois aspectos: as relações entre os indivíduos e os valores que dão sentido a essas relações. A idéia é que, como toda relação social, os arranjos familiares (seja na esfera do parentesco, seja na esfera da produção) consideram uma parte ideal do pensamento ou de representação que informa valores e atitudes. Estes refletem uma “tradição que é acionada na formulação das estratégias familiares orientando as escolhas coletivas e informando os projetos individuais possíveis” (CARNEIRO, 1999, p.329). Assim, família não opera sem considerar a individualidade de seus membros seja na organização do trabalho, seja na obtenção de rendas. Assim, a pluriatividade se apresenta como um fenômeno potencial e não fatal de desagregação do grupo familiar. Desagregação ou coesão não ocorrem de forma linear e não dependem exclusivamente de fatores externos ao grupo, pois a

---

<sup>3</sup> Individuação: “enfraquecimento de certas formas de controle social, exercido pela família, pelo grupo vicinal, ou pela comunidade local” ( WILLEMS, 1961).

multiplicidade de fontes de ganhos, de distribuição de ganhos e de acumulação familiar de patrimônios só se explica e se compreende se levamos em conta a multiespacialidade e a multitemporalidade da família agrícola. Ela é mais uma rede de relacionamento de várias gerações, em vários lugares, do que simplesmente um agrupamento nuclear como supõem os organizadores dos Censos e supõem, no geral, os pesquisadores interessados em temas econômicos (MARTINS, 2001, p.22).

Isso nos leva a trabalhar com a hipótese de que os produtores familiares têm como principal característica no seu rol de estratégias de reprodução social a capacidade de se adaptar a diversas formas de sociabilidade temporal, espacial e cultural para a manutenção de seu *status quo*. Mais que isso, esse sujeito é capaz de reinventar suas tradições para garantir seus espaços político, econômico, cultural e social na sociedade moderna.

A modernização sem modernidade é perniciosa ao conjunto da sociedade, mas o é de modo mais intenso aos grupos minoritários ou mais frágeis política e economicamente, tanto nas sociedades urbanas quanto nas rurais. Nos países desenvolvidos, esse problema não foi resolvido definitivamente, mas seu debate é aberto e conta com ampla participação de diversos setores sociais. Já nos países em desenvolvimento, e no caso específico do Brasil, não há o debate político e social que leve à reflexão sobre a modernização tecnológica e seu contrapeso, sadio e necessário, a modernidade social.

A despeito da fundamental importância do produtor familiar na geração de empregos e gêneros alimentícios básicos para o abastecimento do mercado interno, no Brasil esse sujeito/ator social é politicamente bloqueado e socialmente desvalorizado (WANDERLEY, 1995). Em função das nossas tradições históricas no que se refere à apropriação dos espaços (grande ou pequena propriedade), organização do trabalho, etc., nossa sociedade ainda não se mostrou capaz de reconhecer formas sociais de produção que não se pautem exclusivamente pela lógica capitalista.

## **Os estudos da pluriatividade e seus impactos no meio rural brasileiro**

É basicamente a partir do fim dos anos de 1980 e início da década de 1990, que as pesquisas sobre pluriatividade no meio rural brasileiro começam a se multiplicar. A maior parte dos trabalhos se alinham conceitual e metodologicamente a autores como Marsden (Economia Política), na tradição



européia; a Anthony Fuller na Sociologia da Agricultura nos EUA; às perspectivas de Kautsky e Chayanov respectivamente.

Salvo algumas exceções, as pesquisas realizadas no Brasil revelam que os agricultores têm recorrido à pluriatividade como uma estratégia para complementar suas rendas e assim garantir a reprodução social de sua família, porquanto seu acesso a políticas públicas para o setor seja limitado por trâmites burocráticos ou ainda pelo caráter incipiente dessas políticas.

No que se refere aos impactos da pluriatividade no meio rural brasileiro, as pesquisas realizadas a partir da década de 1990 apontam para a transformação da dinâmica do campo, principalmente na região Centro-Sul. De modo geral, os estudos revelam que o meio rural não é mais apenas sinônimo de atividades agropecuárias. Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 1990 revelaram que, no Brasil, o crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) rural, a partir de 1985, tem sido maior que o crescimento da PEA agrícola, sendo que o crescimento desta já era negativo. Na década de 1980, a PEA agrícola teve crescimento negativo de 0,3% e 0,6% nas regiões Sul e Sudeste respectivamente. Já a PEA não-agrícola teve um crescimento superior a 2,6% a.a., sobretudo na região Sudeste. Em 1990, mais de 40% da PEA rural já estava ocupada em atividades não-agrícolas na região Sudeste. O setor que mais absorveu mão-de-obra foi o agroindustrial. As PNADs mostram ainda que, no estado de São Paulo, a PEA rural vinha caindo nos anos 1980, mas no período 1992-95 ela tem um crescimento de 2,3% a.a.. Este crescimento da PEA rural paulista foi superior ao da PEA urbana que crescem 1,5% a.a. no mesmo período.

O crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural não indica que os salários dos trabalhadores rurais tenham melhorado e sejam iguais ou superiores aos dos trabalhadores urbanos. Os dados da PNAD de 1992 mostram que, de modo geral, as rendas dos trabalhadores rurais, assalariados ou não, além de continuarem mais baixas que as dos trabalhadores urbanos sofreram uma queda entre 1990 e 1992. Mas a mesma pesquisa mostra também que as rendas dos trabalhadores rurais, em especial das unidades familiares de produção pluriativas, a despeito de terem caído em relação a 1992, caíram menos e continuam mais altas que as dos trabalhadores que só se ocupam com atividades agropecuárias (SILVA, 2000).

É sabido que tanto nos países desenvolvidos (EUA, Alemanha, Inglaterra, etc.) bem como nos países em desenvolvimento (Brasil, México, países do Leste europeu, China, etc.), a renda dos trabalhadores urbanos é superior à renda dos trabalhadores rurais (MENDRAS, 1969; ABRAMOVAY, 1998). Diante desse quadro, a análise científica sobre a realidade do fenômeno se faz necessária, a fim de que se possa compreender e esclarecer a verdadeira natureza da pluriatividade, bem como as ações e relações sociais dos sujeitos/atores sociais com ela envolvidos. É sobre esses aspectos que nos debruçaremos no próximo tópico.

### **Pluriatividade e produção familiar: o caso de Araraquara-SP**

As pesquisas realizadas por cientistas sociais brasileiros entre o período de 1980 e 2000 apontam para a modernização da base tecnológica da agricultura brasileira, no entanto indicam também a permanência do latifúndio em detrimento do minifúndio. Tal qual a tecnologia, a instalação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), a partir de 1970 não provocou mudanças substantivas na estrutura agrária do país, no sentido de viabilizar o pleno desenvolvimento da agricultura familiar ou facilitar a desconcentração da propriedade de terras. Os assentamentos de reforma agrária começam a surgir a partir de 1980, mas ainda são pouquíssimos e, no geral, não dispõem de infra-estrutura adequada a uma produção sustentável.

A modernização não atingiu de forma homogênea todo o espaço rural do país, tampouco levou benefícios a todas as categorias sociais que nele atuam. A região que mais se desenvolveu foi a Centro-Sul, ao passo que a Norte e a Nordeste se caracterizam por uma exploração agropecuária insatisfatória por meio de bases técnicas rudimentares. Por outro lado, a agricultura familiar – inclusive na região Centro-Sul, mas principalmente nas outras regiões do país – foi posta à margem das políticas públicas que privilegiaram os médios e grandes produtores capitalizados ou em vias disso. Substituídos pela máquina ou sem condições de manter a propriedade, um grande contingente de trabalhadores e pequenos produtores rurais descapitalizados tiveram de abandonar o campo e partir em direção aos grandes centros urbanos.

No que diz respeito à questão fundiária e à elaboração de políticas que viabilizassem a permanência no campo e a competitividade dos pequenos produtores, essa modernização foi deficitária e, em algumas regiões, inexistente. A conclusão a que se pode chegar é que a modernização do meio rural brasileiro foi feita de forma desigual, dolorosa e excludente (SILVA, 1982; WANDERLEY, 1995; GONÇALVES NETO, 1997).

Tendo em vista o processo desigual de modernização da agricultura brasileira, que privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos, e o fenômeno da pluriatividade nas unidades de produção familiar, nosso objetivo é analisar o potencial e a dinâmica de uma área – Município de Araraquara-SP – onde predominam as grandes lavouras capitalizadas (citricultura, voltada para exportação de suco, e a cultura canavieira para produção de açúcar e álcool), mas persistem produtores familiares. De acordo com os cadastros de 1995, do INCRA, há no Município de Araraquara-SP, aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que desse número cerca de 750 propriedades medem entre 0,1 ha e 50 ha.

Como parte de nossa pesquisa, aplicamos 308 questionários aos produtores familiares com propriedades de 0,1ha até 50ha. Os produtores foram divididos em três grupos: 0,1ha a 20ha; 20,1ha a 40ha, e de 40,1ha a 50ha. Assim, cobrimos o que o INCRA define como minifúndios e pequenas propriedades e analisamos os impactos da pluriatividade nos respectivos extratos de áreas. As informações levantadas foram sistematizadas em Banco de dados *Access* e Banco de dados *Excel*.

Para a elaboração deste texto, selecionamos algumas informações para análise. São elas: a) índice de famílias pluriativas; b) número de famílias que têm acesso ou não a financiamento para a atividade agrícola; c) tempo ocupado com as atividades não-agrícolas; d) local onde as atividades não-agrícolas são desenvolvidas; f) caráter da mão-de-obra das atividades não-agrícolas; g) destino da renda das atividades não-agrícolas; h) por quais motivos, eventualmente, a família venderia sua propriedade rural. Como nossa proposta central é investigar a possível proletarização do produtor familiar pluriativo e a possível individualização dos membros dessa unidade, analisaremos com mais profundidade os três últimos tópicos. Na Tabela 1 procuramos esboçar um diagnóstico preciso dessas informações.

**Tabela 1:** Caracterização dos produtores com propriedade de até 50ha no Município de Araraquara-SP

<b>famílias analisadas 308</b>	<b>famílias com 0,1 a 20 ha</b>	<b>Famílias com 20,1 a 40 ha</b>	<b>famílias com 40,1 a 50 ha</b>
famílias	175	97	36
pluriativas	136	65	31
têm financiamento	46	44	11
atividade não-agrícola em tempo parcial	66	40	15
atividade não-agrícola em tempo integral	70	25	16
atividade não-agrícola na propriedade	33	20	12
atividade não-agrícola fora da propriedade	103	45	19
mão-de-obra assalariada	57	15	6
mão-de-obra própria	79	50	25
renda não-agrícola para investir na lavoura	35	20	7
renda não-agrícola para consumo familiar	63	19	12
renda não-agrícola para investir na lavoura e consumo familiar	31	23	9
renda não-agrícola para consumo individual	8	4	4
Venderia a propriedade p/ comprar outra maior	23	19	8
Venderia a prop. para mudar-se p/a cidade e abandonar a agricultura	3	0	0
Venderia a prop. para ajudar um filho em dificuldade financeira	7	9	7
Venderia a prop. por outros motivos	19	3	4
Não venderia a prop. por motivo nenhum	123	66	17

Fonte: Trabalho de Campo realizado de fevereiro a maio de 2003

Nossas análises indicam que 75,3% das famílias estudadas são pluriativas. Entre outros, dois elementos ajudam a explicar esse alto índice de pluriatividade. O primeiro é a necessidade de obtenção de uma renda extra para complementar a renda agrícola das famílias e dessa forma satisfazer às necessidades do grupo. O segundo é a iniciativa do poder público local e estadual em desenvolver políticas de apoio aos produtores. Sobre essas políticas, vale ressaltar que são relativamente

reduzidas, tampouco atendem às principais necessidades dos contemplados, como o acesso ao crédito e escoamento e comercialização da produção. Além disso, a falta de informação sobre as políticas, ou seus trâmites burocráticos impedem que um número maior de produtores seja atendido. Assim, o principal elemento que leva os produtores familiares analisados a desenvolverem atividades não-agrícolas dentro ou fora de suas propriedades é a necessidade de uma renda extra que complemente a renda obtida com as atividades agrícolas. Em geral, a renda extra (complementar) é destinada à satisfação das necessidades do grupo familiar (roupas, eletrodomésticos, remédios, artigos escolares, etc.) e também ao investimento na lavoura (compra de sementes, adubos, equipamentos, etc.). Nota-se que são fatores externos ao grupo familiar (políticas públicas, parcerias com fundações, etc.), mas principalmente fatores internos (necessidades básicas de consumo familiar) que o influenciam diretamente no desenvolvimento ou não dessas atividades. Discorreremos sobre cada um desses dois aspectos, procurando apontar suas influências sobre as famílias ao optarem ou não pela pluriatividade.

### **a) Políticas públicas**

O Sebrae-SP, em parceria com a Prefeitura Municipal de Araraquara, oferece cursos de capacitação profissional aos produtores do município e sua região. O objetivo desses cursos é capacitar profissionalmente os produtores para que eles mesmos possam transformar seus produtos *in natura* e com isso agregar-lhes mais valor. O pressuposto é que essa medida permita que o produtor amplie sua renda e surjam novas ocupações para outros membros da família ainda desocupados. Nesse sentido foram elaborados os projetos “Direto do Campo” e “Sistema Agroindustrial Integrado” (SAI). O primeiro projeto permite ao produtor vender os seus produtos diretamente numa feira livre organizada semanalmente nas imediações do centro da cidade. Atualmente o “Direto do Campo” atende a cerca de 48 produtores.

O segundo projeto oferece cursos de artesanato, padaria caseira, confeitaria, apicultura, turismo rural, doceria, etc. Como esse projeto é mais amplo que o primeiro, de 2002 a 2003 ele atendeu a cerca de 300 produtores. Contudo, nem todos os atendidos organizam suas pequenas indústrias domésticas, pois muitos têm dificuldades financeiras para adquirir os equipamentos necessários ou ainda não têm em vista locais de venda para seus produtos.

## **b) Necessidade de rendas complementares**

Esse fator é o que mais influencia diretamente na decisão das famílias em desenvolverem ou não as atividades não-agrícolas como forma de dar ocupação aos membros sem trabalho, mas principalmente como estratégia para atender às necessidades do grupo. Para se ter uma idéia disso, 40,5% dos produtores analisados usam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar e 27,1% deles usam essa renda para investir na lavoura e o consumo familiar concomitantemente. Vale ressaltar que 43,6% dos produtores que usam a renda das atividades não-agrícolas para o consumo familiar têm propriedades com até 20 ha. É interessante destacar que, se considerarmos o universo total (232) dos produtores pluriativos, veremos que 94,4% deles destinam a renda das ANAs para consumo familiar e o investimento nas lavouras. Isso reflete a tentativa de suprir suas necessidades domésticas, bem como a dificuldade de obtenção de crédito agrícola, já que 67,0% dos produtores não conseguem financiamento para as lavouras. Apenas 5,6% usam a renda não-agrícola para o consumo individual. Isso quer dizer que, no caso analisado, a pluriatividade não provoca uma fragmentação da unidade familiar de produção como pressupunham alguns autores.

No que se refere ao tempo parcial ou integral ocupado pelas atividades não-agrícolas, há um “ligeiro” equilíbrio: 47,9% das famílias as desenvolvem em tempo integral, e 52,1% o fazem em tempo parcial. Para as que desenvolvem em tempo integral, não significa dizer que elas não se ocupam com a agricultura. Na verdade, enquanto um ou mais membros da família se ocupam em tempo integral fora da agricultura, os outros se ocupam com as lavouras.

Sobre o local onde as atividades não-agrícolas são desenvolvidas, constatamos que 28,0% das famílias o fazem na sua propriedade e 72,0% as praticam fora. Nesse ponto é interessante verificar qual o caráter da força de trabalho ocupada nessas atividades. Sua principal característica é a autonomia, pois 33,6% dessa força de trabalho é contratada formalmente com registro em carteira e 66,4% é autônoma, sem registro em carteira.

Não se pode depreender daí que não há uma relação de assalariamento do produtor familiar e as atividades desenvolvidas por ele fora de sua propriedade em função do caráter autônomo de sua mão-de-obra. Uma análise mais perspicaz revela um assalariamento dissimulado, já que o produtor vende sua

força de trabalho. Além disso, há uma precarização do trabalho, pois 66,4% dos trabalhadores não gozam dos benefícios garantidos pelo contrato formal em carteira de trabalho. Isso vale para os três estratos de área estudados. Pode-se dizer também que não há uma relação direta de perda de vínculo com a atividade agrícola e o trabalho não-agrícola fora da propriedade. Dos 308 produtores, apenas 0,9% venderiam suas propriedades para mudar-se para a cidade e não mais praticar a agricultura. Vale destacar que esses 0,9% são produtores situados no estrato de área de 0,1 a 20 ha. 16,3% dos produtores venderiam a propriedade para comprar outra maior; 7,5% o fariam para ajudar um filho em dificuldade financeira; 8,5% venderiam por outros motivos como doença, velhice, carência total de recursos para investir na lavoura, etc. Já 66,8% não venderiam suas propriedades por motivo nenhum. Dentre os produtores com propriedades até 20 ha, o percentual dos que não as venderiam chega a 70,3%.

Essas estatísticas revelam ainda a questão do *ethos* camponês. A identidade e o vínculo com a terra se apresentam muito imbricadas com as estratégias elaboradas tendo em vista sua reprodução social. Nesse caso, a tradição camponesa é ressignificada, mas não sucumbida pelo processo de modernização. Além disso, embora não hegemônicos político e economicamente, os produtores familiares não são passivos, mostram-se ativos no processo histórico.

No aspecto da organização do trabalho e da reprodução social da unidade de produção familiar, a pluriatividade aparece como uma de suas principais estratégias visando suprir a falta de créditos e a ineficiência das políticas públicas para o setor. Dentro das propriedades as principais atividades não agrícolas são: pesque-pague, restaurante caseiro, produção de queijos, doces, artesanatos, costuras etc. Fora delas, as atividades desempenhadas com maior frequência são: comércio (lojas e/ou bares), feirante, pedreiro, pintor, tratorista, apicultura, doméstica, artesanato, cabeleireiro, etc. As atividades não-agrícolas desenvolvidas na propriedade não diferem muito das apresentadas por Balsadi (2002), em recente trabalho sobre as ocupações não-agrícolas em áreas rurais do estado de São Paulo. De igual modo, a zona rural do Município analisado não se diferencia de outras da região Centro-Sul do Brasil, já que nessas também há um percentual significativo de famílias pluriativas, como mostram as PNADs de 1992 e 1995.

## Considerações finais

Nossas reflexões se aproximam parcialmente das conclusões de Karl Kautsky (1968), as quais apresentamos no início deste texto. Ao contrário dos grandes proprietários da região em análise, os pequenos produtores não são capitalizados. Este fator está na base das pressões econômicas e políticas engendradas pelos grandes produtores, cuja consequência, entre outras, é a desestabilização dos produtores familiares como categoria social, visto que não dispõem de mediadores eficientes para garantir o equilíbrio. Como os pequenos produtores não conseguem concorrer com os grandes em termos de preços e nem sempre dispõem de recursos técnicos e financeiros para transformar seus produtos agregando-lhes mais valor, assim como não conseguem financiamento, a saída mais propícia é obter renda de atividades não-agrícolas dentro ou fora de suas propriedades para complementar a renda agrícola e assim satisfazer suas necessidades domésticas, como mostramos na análise da Tabela 1. Mas no que diz respeito à individualização do produtor familiar, nossas conclusões se afastam das de Kautsky (1968), bem como das de Lacombe (1984). Como vimos, para esses autores, as atividades não-agrícolas indicariam, além da proletarianização, a individualização do produtor familiar. Contudo, nossas investigações indicam que a despeito de 72% dos produtores pluriativos atuarem fora de suas propriedades, 94,4% destinam a renda não-agrícola para o consumo familiar e o investimentos na lavoura.

Nossas conclusões se aproximam mais daquelas de Alexander Chayanov (1974), Maria José Carneiro (1999) e José de Souza Martins (2001). Chayanov não descarta a influência de fatores externos, mas centra sua análise sobre a “Unidade Econômica Camponesa” na organização do grupo familiar. Para o autor, é a demografia do grupo e suas reais necessidades que determinam a quantidade de trabalho a ser desenvolvido fora ou dentro da propriedade, visando à reprodução social do grupo. Ora, no nosso caso, os pequenos produtores também não estão interessados em aumentar sua quantidade de trabalho para concorrer diretamente com os grandes produtores, tanto que apenas 16,3% dos nossos entrevistados venderiam suas terras para comprar outras maiores. Nesse sentido, a organização do seu trabalho não se pauta exclusivamente pela lógica do capital (lucro), mas principalmente pela satisfação das necessidades do grupo familiar. Mais ainda, o produtor familiar consegue se adaptar a distintos modos de produção em distintos lugares concomitantemente, tendo como principal objetivo sua reprodução social.



É nesse aspecto em especial que nossas conclusões se aproximam das reflexões de José de Souza Martins e Maria José Carneiro. Para Martins (2001), o fato de membros de uma unidade familiar de produção desenvolverem atividades não-agrícolas em tempo parcial ou integral fora de sua propriedade não significa necessariamente que eles estejam fora da lógica da organização do trabalho do grupo familiar, pois a unidade de produção familiar se caracteriza também por ser multitemporal e multiespacial. Quanto ao processo de individuação dos membros da família relacionado às atividades não-agrícolas dentro e/ou fora da propriedade, Carneiro (1999) indica que tal processo pode ocorrer, pois a unidade familiar de produção não é uma estrutura rígida a ponto de ser totalmente refratária à influência de fatores externos como migrações forçadas, educação e mesmo de fatores internos como casamentos, projetos individuais, etc. Contudo, a influência desses fatores não chega a comprometer de todo a unidade do grupo, pois é justamente o caráter familiar da organização do trabalho que permite uma maior plasticidade aos membros no momento de organizarem seus projetos coletivos e/ou individuais. Isso é mais difícil de ocorrer numa forma social de produção que não é organizada pelo grupo familiar. Como mostramos anteriormente, dos 232 produtores pluriativos que analisamos somente 5,6% usam a renda das atividades não-agrícolas para a execução de projetos individuais. Os outros 94,4% usam essas rendas para a execução de projetos coletivos, o que demonstra o alto grau de coesão do grupo familiar no processo de sua reprodução social.

Nossas conclusões não pretendem esgotar o debate sobre a pluriatividade, pois a organização dos sujeitos sociais com ela envolvidos é muito complexa e requer estudos mais duradouros. Cabe analisar ainda a influência do grau de escolaridade dos produtores familiares, sobretudo os jovens em contexto de pluriatividade; analisar as possíveis transformações culturais das famílias pluriativas, bem como seu vínculo com a tradição, etc.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BALSADI, O. V. **Mudanças rurais e o emprego não agrícola no Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2002.

- CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.323-45.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- FULLER, A M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, New York, v.6, n.4, p.361-73, 1990.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- LACOMBE, P. La pluriactivité et l'évolution des exploitations agricoles. In: \_\_\_\_\_. **La pluriactivité dans les familles agricoles**. Paris: ARI, 1984.
- MARTINS, J. S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNO SOBRE DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL COM ÊNFASE AGRÍCOLA E RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI, 1., 2001, Santiago do Chile. **Anais...** Santiago do Chile: FAO, 2001.
- MENDRAS, H. **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MOREIRA, R. J. Agricultura familiar. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, São Paulo, v.25, n.2/3, p.37-68.
- WILLERNS, E. Industrialização. In: **DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA**. Rio de Janeiro: Globo, 1961.